



RELAÇÕES DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: precarização e extrativismo na Ilha do Combu em Belém/PA

Flávia Ferreira Gomes¹

Sônia Socorro Miranda Batista²

RESUMO

Este artigo trata da precarização do trabalho na Ilha do Combu como parte das reflexões sobre a relação do trabalho com a vida humana. Objetiva analisar os efeitos que o modo de produção capitalista imprime nas relações sociais, destacando as situações de exploração às quais homens e mulheres se submetem para sobreviver em meio a um sistema de acumulação de capital que avançou a partir da globalização econômica mundial, afetando as populações tradicionais.

Palavras chave: Trabalho Precário, População Ribeirinha e Extrativismo.

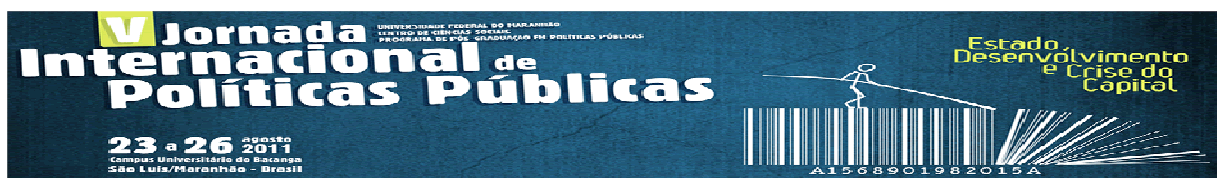
ABSTRACT

This article deals with the precariousness of work on the island of Combu as part of reflections on the relationship between work and life. It aims to analyze the effects of the capitalist mode of production prints in social relations, highlighting instances of exploitation to which men and women undergo to survive in the midst of a system of capital accumulation that has advanced from the world economic globalization, affecting populations traditional.

Key Words: Precarious Work, Population riverfront and Extraction.

¹ Mestre. Secretaria Estadual de Educação do Pará. flaviaferreira31@yahoo.com.br

² Mestre. Universidade Federal do Pará. sonia_batista63@hotmail.com



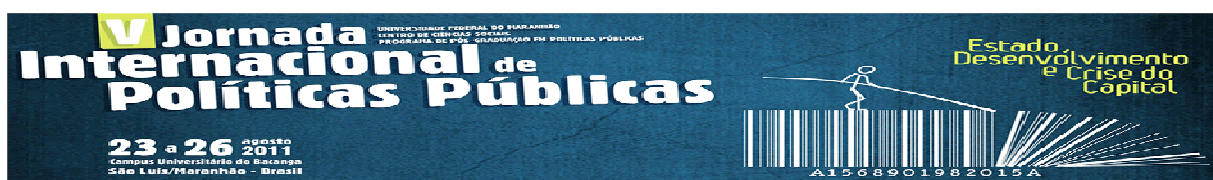
1 INTRODUÇÃO

O trabalho, independente de todas as formas de sociedade é uma condição de existência do homem, conforme pode ser explicado se tomarmos por base os seus aspectos fundamentais. O primeiro trata da impossibilidade em negar a principalidade do trabalho como formador de valor-de-uso; o segundo corresponde à utilidade do trabalho, enquanto mediador da satisfação das necessidades humanas e, finalmente, é responsável em mediatizar, regular e, controlar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a base particular da vida dos homens.

É uma necessidade que todo ser humano possui para garantir sua sobrevivência, possibilitando a pessoa se reconhecer como sujeito na sociedade em que vive (ANTUNES 2005; POCHMANN 2008; CASTEL 2001; MARX; 1974). Marx (1974) aprofunda esta discussão afirmando que o trabalho é o tornar-se-para-si do homem e, recupera a proposição da dialética como perspectiva para se compreender o real e para se construir conhecimento.

A ruptura que se produziu na passagem da sociedade pré-capitalista à capitalista, ou sociedade de mercado, teve assim, a marca da expropriação nas relações entre o homem e a natureza, através dos meios de produção, posto que a nova condição de submissão dos homens limitou as condições sociais já conquistadas. Sob a condição de dominação, as frações da classe trabalhadora, no mundo e particularmente no Brasil, submeteu-se às longas jornadas de trabalho, às condições insalubres e perigosas.

No contexto da realidade Amazônica coexistem e se antagonizam atividades rudimentares praticadas por populações ribeirinhas entrelaçadas pela racionalidade capitalista. Isto se evidencia por ainda persistir o trabalho extrativista em muitas localidades da região, inclusive, em Belém, em especial na Ilha do Combu, onde preserva características bastante singulares que são fortalecidas pelos aspetos sociais, culturais e ambientais. Essa forma de trabalho, tem o sentido de garantir meios de sobrevivência dos ribeirinhos e de suas famílias, pois muitos espaços na região não dispõem de alternativas que possibilitem uma dinâmica econômica voltada para o amadurecimento da comercialização dos produtos tradicionais oriundos das trajetórias constituintes locais.



Neste sentido, a lógica natural de organização social e produtiva das populações ribeirinhas na Amazônia foi desde o início da colonização até os dias atuais engendrada pelos ditames do capitalismo, isto incidiu sobre as relações de trabalho, conseqüentemente, afetando-as na apropriação do território e no uso dos recursos naturais.

O presente artigo pretende identificar que a complexidade das relações sociais de produção na Ilha do Combu é permeada por uma processualidade contraditória expressa nas condições precárias do extrativismo como forma de trabalho e subsistência. E, expõe ainda, a necessidade de se visibilizar a realidade dos ribeirinhos para apontar possibilidades ao poder público, a fim de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas de emprego, considerando a atual reestruturação produtiva do capital.

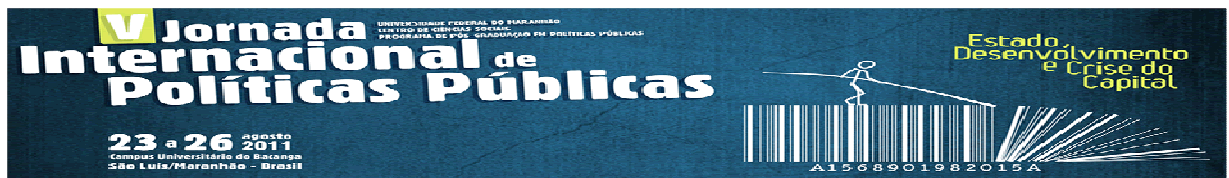
2 RELAÇÕES DE TRABALHO NA REGIÃO INSULAR DE BELÉM

Belém, localizada a margem direita do rio Amazonas, na foz do tipo estuário, compõe-se de um grande número de ilhas, de fato trata-se uma insularidade, constituída de aproximadamente 39 ilhas catalogadas oficialmente pela Companhia de Desenvolvimento Municipal de Belém (CODEM) que suscitou a exclamação panorâmica de que: “*nenhuma cidade do Brasil apresenta tão numeroso constelário de ilhas como Belém*”³. Sobretudo porque essas ilhas correspondem a 65% da área municipal.

Constituindo os arredores o Combu faz parte desse arquipélago, ocupada por diversos sujeitos que realizavam atividades de produção. Os ribeirinhos belemenses situados nessa ilha convivem com um *modus vivendis* que agrega elementos de populações características, numa imbricada relação com a modernidade da metrópole, evidenciada na busca de um modo de viver instrumentado pela resistência do saber popular conservado nas vivências que reatualizam relações de trabalho e formas de produção.

Nas sociedades atuais a centralidade da categoria trabalho torna-se novamente evidente, sua discussão não se restringe mais ao fim do trabalho vivo - como profetizado por muitos - ora explicado como fenômeno decorrente do desemprego estrutural, não porque seja possível negar o impacto negativo desencadeado na organização sobre o

3 MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. Belém: Imprensa Universitária, 1966, p. 27.

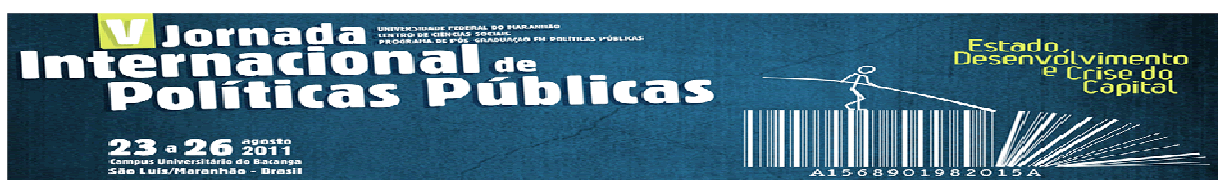


trabalho, numa sociedade produtora de mercadorias, mas porque tal argumento mostra-se insuficiente nas palavras de Antunes (2005) para explicar as múltiplas determinações consubstanciadas em posições, processos e mecanismos distintos postos em marcha com a subproletarização (expansão do trabalho parcial, precário, subcontratado, “terceirizado” e informal...), heterogeneização, fragmentação e flexibilização da classe trabalhadora.

Aos reflexos desta flexibilização, segue-se uma onda de privatizações, desregulamentação, aprofundamento do ciclo de financeirização do capital fictício, desterritorialização das fábricas, rebaixamento dos salários, esvaziamento dos sindicatos, crescimento da informalidade nas relações de trabalho, precarização nas relações de trabalho, instabilidade e ausência de proteção social, concentração funcional da renda direcionada em favor do capital, desassalariamento, somatizando consequências profundas no aumento da pobreza (HARVEY, 1993; CHENAIS, 1996; POCHMANN, 2008; YAZBEK *et al*, 2008).

Compartilhando deste pensamento, Pochmann (2008) afirma que o Brasil vive a mais grave crise do emprego identificada a partir de algumas tendências recentes do trabalho como: i) pressão demográfica da população economicamente ativa, ii) pressão da renda funcional concentrada, iii) pressão da maior taxa de participação, iv) contrapressão do baixo crescimento econômico, v) contrapressão da abertura comercial e financeira e, vi) contrapressão da reforma no papel do Estado. Conclui, então, que “essa conjuntura, que combina ao mesmo tempo a elevação da taxa do desemprego e da precarização, amplia o espaço da informalidade que vem sendo desenhada desde a década de 1990, agravando ainda mais a heterogeneidade presente na estrutura ocupacional no país.

Do ponto de vista do capital, a informalidade foi apropriada e segue os preceitos da lógica do capital, servindo como um instrumento que fortalece a flexibilização produtiva e rebaixa os custos de manutenção da força de trabalho, afetando as relações, formas e organização da classe trabalhadora, com consequências nefastas para os trabalhadores do mercado informal. Neste sentido, a precarização do trabalho é tratada como uma condição sócio-estrutural, que caracteriza a força de trabalho como mercadoria, e atinge os que não detêm meios de produção.



Simultaneamente, se tem a geração de mais postos de trabalho precário, adicionada pela desaceleração produtiva, aumentando a crise de empregabilidade e de informalidade no mundo. Crescentemente, na realidade brasileira, em especial a região norte. Muitas são as configurações assumidas pelo trabalho, no entanto aqui nos interessa as relações de trabalho, tomando como exemplo o extrativismo praticado pelos ribeirinhos.

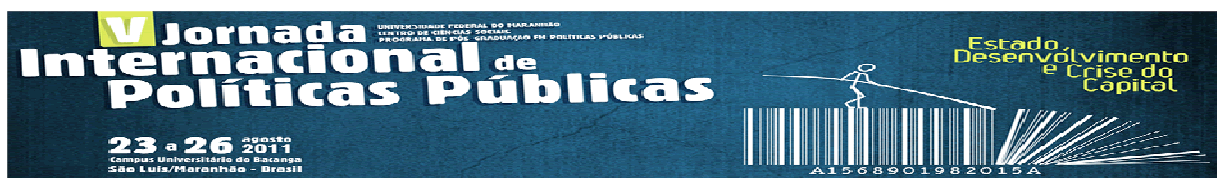
Na região norte durante o período de (Fev/09-Jan/10) o crescimento do emprego formal foi de 4,01%. Foram feitas no período 667.712 admissões contra 613.881 desligamentos, gerando um saldo positivo 53.831 postos de trabalhos, deste total 23,39 % (12.592) foram gerados no Pará⁴. Embora, o saldo tenha sido positivo a estimativa do DIEESE/PA é de que atualmente, no mínimo 50% da população ocupada no Pará (cerca de 3,1 milhões de pessoas) já esteja na informalidade algo em torno de 1,5 milhão de pessoas. Como exemplo desta informalidade é possível afirmar que cerca de 10 mil ambulantes diretos atuam na Região Metropolitana de Belém (RMB).

Conforme os dados apresentados pelo DIEESE-PA a RMB reproduz a realidade dos demais municípios do Pará, nos quais, embora nos últimos anos o emprego formal tenha apresentado saldo positivo, os índices apontam o avanço do desemprego, exemplificando o que Pochmann (2008) descreveu como a pressão da demografia economicamente ativa, ou seja, desde 1960 a População Economicamente Ativa (PEA) vem sendo ampliada, uma expansão da oferta de mão-de-obra no interior do mundo do trabalho.

Outro fator característico em Belém é a renda muito baixa, comparando a região Norte com as demais regiões brasileiras o trabalhador paraense é o que tem em média a menor renda cerca de 35% dos ocupados ganham até um salário mínimo.

Historicamente na Ilha do Combu, as caracterizações que qualificam a *população de ribeirinhos* como improdutiva, dedicada ao extrativismo, a caça e a pesca, aparece como uma das causas da precariedade que marca as relações de trabalho e as formas de produção, no entanto, o isolamento imposto à ilha é resultado da ação incipiente do poder

⁴ No mês de janeiro/2010 a maioria dos setores econômicos do estado apresentou crescimento. Os setores econômicos do estado que mais contribuíram para o saldo positivo foram: Extrativa mineral com 116%, seguido pelo setor da Agropecuária com 1,06%; setor elétrico com 1,01%; construção civil com 0,77%; o setor de serviços com 0,54%. Neste período o comércio apresentou uma queda de 0,18%, comportamento semelhante apresentou a indústria com redução de 0,17% - DIEESE-PA.



público, o qual se não legitimou, mas permitiu um processo de desequilíbrio do homem nativo - o índio - força de trabalho brutalmente utilizada pelos europeus chegando a se constituir no *“principal produto de exportação da Amazônia, quando foram capturados e levados para trabalhar nos engenhos de açúcar das Antilhas”* (FREIRE apud FIALHO, 2006, p.95).

Entendemos que a observação das formas de produção tradicionais de trabalho na região insular de Belém pode ser um determinante na compreensão das relações de trabalho, justamente, porque permitem um distanciamento no tempo e no espaço do padrão dominante da relação salarial, permitindo avançar no sentido de uma formulação mais abstrata identificada no desenvolvimento das populações ribeirinhas organizadas em pequenas unidades de produção familiar (CASTRO,2004).

3 PRECARIZAÇÃO E EXTRATIVISMO NA ILHA DO COMBU-PA

A Ilha do Combu, distante aproximadamente 20 (vinte) quilômetros da cidade de Belém, alcançada por meio de transporte fluvial. Dentre as formas de produção realizadas na referida ilha está a coleta de sementes, principalmente a do açaí explorado economicamente pela população como meio para suprir as suas necessidades de subsistência. Diferentemente, a produção ribeirinha não se restringe apenas a subsistência, mas constitui um apêndice da economia local, através da distribuição dos produtos tradicionais nos portos localizados em toda a extensão da orla de Belém.

Inseridos num contexto em que a relação com a natureza é permanente, dela se extraindo o que é necessário para a manutenção da existência humana, a terra, passa a ser o meio principal para se conseguir os meios destinados à manutenção da vida, e às pequenas plantações, e às frutas nativas tornam-se mercadoria de troca nas relações sociais mantidas entre a população e os centros urbanos mais próximos.

A pesar dos ritmos, das mudanças, dos impactos das transformações no mundo do trabalho, permanecem e em certas situações, até mesmo, reformam padrões tradicionais de organização. Os trabalhadores que desenvolvem atividades de sobrevivência, segundo (POSCHMAMN, 2008) são considerados marginalizados e



excluídos, visto que estão abaixo da linha da pobreza, portanto, sujeitos a qualquer tipo de trabalho para o seu sustento e o de sua família.

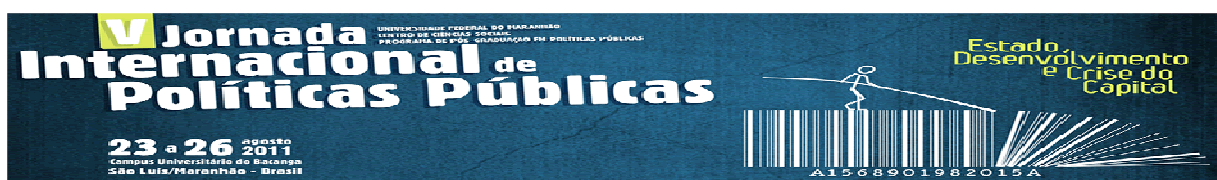
A organização do trabalho dos ribeirinhos depende da apropriação e domínio de técnicas que resistem ao tempo e no espaço reproduzem saberes tradicionais, pois, cada vez mais há confronto com diferentes formas de organização, a partir da interação com a dinâmica urbana da capital.

Devido o ambiente natural proporcionar alternativas para a aquisição de alimentos, a pesca artesanal é outra forma de trabalho que se dedicam crianças, jovens e adultos, e ao se extrair a quantidade de peixe suficiente para atender as necessidades de sobrevivência, produz-se uma relação com a natureza, a qual se mantém permanente na cultura ribeirinha.

Nas sociedades ditas “ribeirinhas”, no seio da pequena produção agro-extrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, para manter as relações de troca, na referida ilha, se desenvolvem as atividades de criação de animais, que são comercializados nos portos da cidade de Belém. Assim, as relações de trabalho produzidas a população ribeirinha assumem uma lógica contrária a do capital, pelo fato de superar a visão de acumulação como referencia destinada à produção da existência humana.

Diante da recente crise do regime de acumulação, é evidente a necessidade de discutir a emergência de novos processos de trabalho, sem negligenciar a reprodução de saberes das populações ribeirinhas sobre o uso dos recursos naturais e exploração comercial. O avanço do capital nos espaços visando a acumulação de riquezas na Amazônia passa por um intenso processo de mudanças em decorrência da ação especulativa voltada a produção de excedente. Ao se apropriar dos recursos naturais para fins de transformação na indústria visando atender as novas perspectivas de consumo, o capital destrói ecossistemas e formas de viver tradicionais.

Essa situação compromete as expectativas de sobrevivência das populações tradicionais, as quais são conceituadas como “povos que moram nos povoados situados às margens dos rios e lagos do interior” (ESTERCI, 2004, p.204). Essas populações são submetidas às condições de exploração do meio urbano circundante que trazem graves problemas sociais, dentre estes, a dizimação de sua cultura, de seu modo de viver e de sua educação



O modo de viver da população ribeirinha da Amazônia é determinado pelas relações estabelecidas com a natureza, permitindo a construção de saberes e práticas que se internalizam em seu modo de viver, imprimindo características próprias a cada um desses lugares. Assim, as relações de trabalho atendem as necessidades de sobrevivência em decorrência da ação de homens e mulheres sobre a natureza, extraindo os recursos essenciais à manutenção da vida por meio da agricultura, da caça e da pesca.

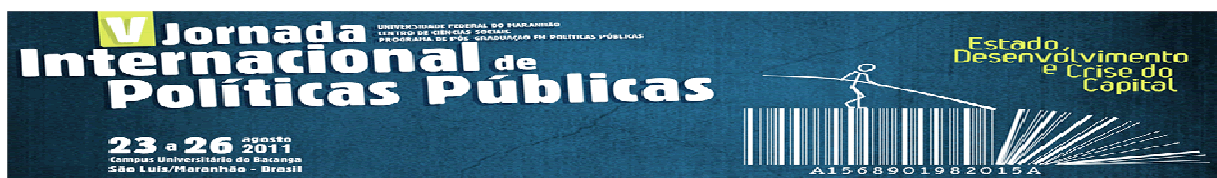
As relações de trabalho na Ilha do Combu são compreendidas pela mediação entre homem-natureza no contexto amazônico alcançando significância para o homem ribeirinho na medida em que os saberes se tornam particulares de cada grupo de atores sociais que convivem nesse espaço, e dele extraem os elementos necessários à existência por meio do trabalho. Além disso, essas relações também se caracterizam pela valorização do coletivo, pela solidariedade, destacando os mutirões para capinação das áreas destinadas à plantação de roçados e na atividade de fabricação da farinha, quando a casa de forno é compartilhada entre as famílias.

As relações de trabalho no espaço onde habitam as populações ribeirinhas na região amazônica estão relacionadas à transmissão dos saberes e práticas enraizados por tradições históricas, culturais, em função da necessidade de sobrevivência e, em contrapartida, esta condição persiste devido a inexistência de políticas públicas estruturais, ao mesmo tempo em que coloca tais sujeitos à situações de exclusão e marginalização (CASTRO, 2004).

Trata-se, portanto, de um elemento de resistência que emerge do cotidiano, sendo que nele as relações se humanizam resistindo à globalização da economia (OLIVEIRA, 1999 p.4) por apresentar diferenças significativas quanto às alternativas de produção da vida material. E a relação com a natureza é constante.

O trabalho na Ilha do Combu está associado a um conjunto de elementos que contribuem para o processo de resistência, proporcionando um modo de viver diferenciado, capaz de produzir uma identidade particular entre homens, destacando-se principalmente os costumes, as crenças, os mitos, as relações de parentesco, e outros elementos significativos.

O trabalho assumido como princípio para transformação da natureza visando atender as necessidades de sobrevivência é materializado na Ilha do Combu como um



aspecto significativo para a sustentação da vida, fazendo parte do cotidiano das famílias que ali habitam, diferenciando-se das relações de trabalho pautadas na acumulação flexível, a medida que o trabalho assume novas configurações, adequando-se às situações do mundo globalizado, caracterizado pelas novas relações econômicas e políticas, as quais imprimem novas perspectivas na ação do Estado e em seus institutos.

4 CONCLUSÕES APROXIMADAS

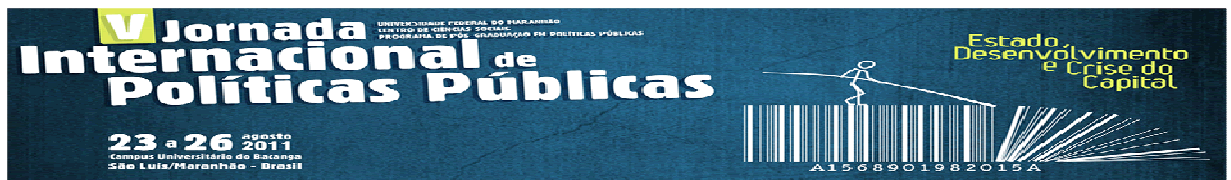
O estudo relativo à precarização das relações de trabalho na Ilha do Combú revela o quanto esta condição é afetada por aspectos exógenos que se apresentam a partir das necessidades que a comunidade apresenta para produzir sua existência. No momento em que a globalização pressiona para elevar o consumo entre as pessoas, as relações de *trabalho existentes na Ilha do Combú apresentam formas de resistência às mudanças nas* relações de trabalho, na medida em que preservam o trabalho coletivo, apesar da necessidade dos mesmos têm de vender o produto que extraem da natureza para a sua sobrevivência. Este fato tem aumentado às condições precárias de trabalho e de vida em função das demandas externas, tornando a prática da coleta de frutas um trabalho destinado às possibilidades de comercialização nos portos da cidade de Belém, transformando o trabalho em mercadoria para suprir as exigências de consumo dos sujeitos.

Na ilha do Combú é possível apontar formas de resistir as imposições externas. Uma delas corresponde a permanência de hábitos cultivados até hoje em muitas localidades da região amazônica vinculados de certa forma, as necessidades imediatas de sua população ribeirinha. População que constrói sua produção na coletividade com parentes e amigos. Os laços de solidariedade e de confiança na interação social são fundamentais para dar continuidade às praticas de extrativismo dos produtos tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. Curitiba: Boitempo, 2005.



ARTHUSSER, Luís. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da SILVA e;

YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. de Iraci D. Poletti. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CASTRO, Edna. *O trabalho nas comunidades ribeirinhas da Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2004.

DIEESE-PA. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará. *Balanço do emprego formal no estado do Pará e Região Norte*. Belém: DIEESE, 2010. Fev.

_____. *Crescimento do mercado informal no Pará*. Belém: DIEESE, 2007. Dez.

ESTERCI, Neide et al. Projetos e Políticas Socioambientais:repensando estratégias. In: *Boletim Rede Amazônia: Diversidade Cultural e perspectivas socioambientais*. Ano 3, n.1, 2004.

MARX, Karl. Introdução [à crítica da Economia Política]. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (volume da coleção Os Pensadores).

OLIVEIRA, José Aldemir de. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: *fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. A tercerização e a nova composição da informalidade. In: *Revista Temporalis*. Ano II, n. 4- Julho a dezembro, 2001.

_____. Os fios (in) visíveis da produção capitalista, informalidade e precarização do trabalho, São Paulo: Cortez, 2004.